

ESTADO



O governo Bolsonaro começou seu programa de privatizações três meses após a posse. Já no mês de março, realizou o primeiro grande leilão na área de infraestrutura vendendo doze aeroportos das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país por 2,377 bilhões de reais.

2019 - O início do desmonte do Estado brasileiro

A negociação foi marcada pela subvalorização dos aeroportos ofertados e pela ampliação da entrada de empresas estrangeiras no setor aeroportuário brasileiro.

A subvalorização dos ativos públicos, método que viria a se tornar padrão nas outras privatizações ao longo do ano, permitiu gerar uma ilusão de que o ágio, neste primeiro negócio, ficasse em torno de 900%. Mas isso só foi possível porque o governo subestimou em 2,158 bilhões de reais o valor total da venda. Além desse valor à vista, as regras previam uma outorga variável que deve ser paga ao longo dos próximos trinta anos de concessão. O valor deve chegar a cerca de 1,9 bilhão de reais para o conjunto dos três blocos de aeroportos concedidos.

Outro fato, pouco destacado nas notícias, é que uma das grandes vencedoras do leilão, a espanhola Aena, é uma empresa estatal.

A meta estabelecida pelo governo é de transferir para a iniciativa privada todos os aeroportos da Infraero até o final da atual gestão. A serem mantidas essas condições, os ganhos serão do capital privado internacional e as perdas serão dos usuários dos

aeroportos e da infraestrutura do país.

Nos cem primeiros dias do governo Bolsonaro, além das reformas econômicas ultraliberais e das agendas ideológicas neoconservadoras, uma pauta silenciosa teve presença constante nos atos e verbos do Executivo: as transformações estruturais na indústria nacional de petróleo e gás.

As medidas de desmonte levadas a cabo pelo governo foram inúmeras, mas chegaram ao debate público por ocasião das declarações e decisões em torno da política de preços dos combustíveis. Entretanto, em meio a estas decisões, o dado que mais deve interessar é a taxa de utilização das refinarias, que alcançou 96,1% no final do governo Dilma e caiu para 74,2% no final do governo Temer. Tal capacidade ociosa foi criada deliberadamente com a intenção de abrir o mercado brasileiro para a entrada de novos traders importadores.

A subutilização do parque de refino estatal deve ser entendida como pressuposto para o anúncio de que a Petrobras deve se desfazer de metade de suas refinarias nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Privatizações

"Vamos desindexar, desvincular e desobrigar todas as despesas de todos os entes federativos", afirmou Paulo Guedes, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, no início de setembro. E completou: "Eu quero privatizar todas as empresas estatais". Segundo ele, a ideia é fazer uma lista das empresas públicas a serem alienadas, que será submetida ao presidente da República. Aprovada, ela será enviada ao TCU e encaminhada ao Congresso, para aprovação de uma lei autorizando a inclusão dessas empresas no Programa de Desestatização.

Onyx Lorenzoni, em palestra na Câmara da Indústria, Comércio e Serviços (CIC) de Caxias do Sul, reforçou a política do governo e defendeu o plano de privatizações de estatais. Disse que deverão ser realizados leilões de rodovias, empresas de energia, comunicação, óleo e aço. "Porque, Deus nos livre! Mas o dia que eles [se referindo ao PT] voltarem, eles não vão ter nada para parasitar, porque vai estar tudo vendido", complementou.

Este programa foi considerado "colossal" pelo presidente do conselho empresarial Brasil-Rússia, o bilionário Andrey Guryev. Após uma reunião com Onyx Lorenzoni, durante a Cúpula dos Brics, ele declarou: "Acho que é um programa fenomenal – aliás, é o maior programa de privatizações no mundo. São quatrocentos bilhões de dólares em privatizações. É claro que um programa tão colossal precisa não apenas de recursos financeiros, mas também de conhecimento, experiência e participação ativa de várias empresas grandes".

Na batalha para convencer os brasileiros a aceitarem este programa "colossal", o governo Bolsonaro inflou o número ao incluir mais de quatrocentas empresas, coligadas ou sem influência da União, entre as estatais. "Em janeiro, quando assumimos o governo, encontramos 134 estatais. Fizemos uma revisão nos números e, decorridos esses primeiros nove meses, encontramos mais de seiscentos negócios nos quais o governo tem participação. Estamos buscando transparência para que sociedade saiba onde estamos investindo o dinheiro do pagador de impostos", disse o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do

Ministério da Economia, Salim Mattar, chamando a atenção para a necessidade de reduzir o tamanho do Estado.

De acordo com os dados apresentados, a União gastou 190 bilhões de reais nas empresas estatais nos últimos dez anos. Foram 160 bilhões de reais para cobrir custos das dependentes da União e trinta bilhões de reais para ajudar as não-dependentes.

Estes dados foram divulgados em 11 de outubro, junto com a 11ª edição do Boletim das Estatais Federais, um balanço trimestral sobre as empresas estatais brasileiras. O acréscimo substancial no número de subsidiárias, por exemplo, de 87 para 158, é fruto dessa nova metodologia de classificação.

Pelos critérios adotados até a gestão de Michel Temer eram 133 companhias que estavam ligadas à União. Pela recontagem do governo Bolsonaro elas passaram a 204. Sendo que, destas, 45 têm sede no exterior.

A União tem o controle direto de 46 dessas empresas. E são 158 subsidiárias, cujo controle é indireto, pois pertencem a uma das seis estatais-mães (Petrobras, Eletrobras, Caixa, Banco do Brasil, BNDES e Correios). Antes da recontagem, eram 46 estatais de controle direto e 87 subsidiárias.

Até março, eram 162 subsidiárias, já sob os novos critérios. As quatro empresas que saíram da lista foram a BR Distribuidora e Stratura Asfaltos, que pertenciam à Petrobras e que foram vendidas; a Logigás foi incorporada pela própria Petrobras; e a BB Turismo, agência do Banco do Brasil, está em processo de liquidação.

Pelo novo método de contabilidade destas empresas, as Sociedades de Propósito Específico (SPEs) passaram a ser consideradas como subsidiárias. As SPEs são sociedades – parcerias entre entes públicos e/ou privados – com um fim predefinido. Foram criadas a partir de 2004 para impulsionar as parcerias público-privadas (PPPs), com o objetivo de construir grandes projetos de infraestrutura, como obras de usinas hidrelétricas ou de construção civil. Quando a empresa conclui o serviço, deve ser encerrada ou assumir necessariamente um outro serviço da mesma natureza.

As 42 SPEs que passaram a ser consideradas empresas subsidiárias são todas vinculadas à Eletrobras. A fatia da estatal nessas sociedades varia de 15% a 99,9% do capital. A Eletrobras colocou à venda a sua participação em 39 dessas SPEs, das quais 38 geradoras de energia eólica e uma transmissora de energia.

Segundo estudo feito pelo jornal *Gazeta do Povo*, "além das SPEs, o Ministério da Economia incluiu como subsidiárias trinta empresas internacionais ligadas ao Banco do Brasil, Caixa, Eletrobras e Petrobras. Com isso, o número de subsidiárias no exterior subiu para 45. Também foram incluídas como subsidiárias mais três empresas nacionais ligadas a estatais-mães."

O número de estatais de controle direto não mudou e continuam sendo 46, sendo 28 empresas independentes e dezoito dependentes de recursos do orçamento da União.

O objetivo da atualização dos dados, segundo o documento divulgado pelo Ministério da Economia, foi "conferir transparência quanto às informações prestadas à sociedade e aos órgãos de controle" e que "estes dados irão fundamentar todos os estudos de privatizações e desinvestimentos estatais de forma a continuar o grande processo de transformação do Estado no qual estamos diretamente inseridos", deixando ainda mais evidente o caráter político da recontagem.

Com estes novos critérios, o governo concluiu que há, ao todo, 637 empresas sob influência do Estado. Esse número, divulgado no começo do mês, inclui:

- 46 estatais de controle direto;
- 159 subsidiárias;

E as novidades são:

- 233 coligadas (empresas que estatais ou subsidiárias têm influência);
- 199 simples participação (empresas nas quais as empresas de controle direto ou suas subsidiárias não têm influência, só participação).

Total: 432

As classificações "coligadas" e "simples participação" foram criadas pelo governo Bolsonaro com

o objetivo de mostrar o "gigantismo" da máquina estatal brasileira. Segundo o próprio secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, o objetivo da reclassificação foi mostrar para toda a sociedade o tamanho do Estado e a influência que ele tem em diversas empresas. Os governos anteriores trabalhavam somente com o número de estatais de controle direto e subsidiárias.

Na sequência desta recontagem, o Ministério da Economia trabalha para apresentar a chamada lei delegada, que permite que o Congresso autorize, de uma só vez, a venda de estatais em série. Entretanto, este debate não deverá ser tranquilo.

E o ano acaba com a privatização de mais um setor fundamental para a população. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no início de dezembro, o projeto de lei do novo marco do saneamento básico, que facilita a privatização de estatais de água e esgoto e prorroga o prazo para o fim dos lixões.

BNDES

Como se sabe, o BNDES é um dos principais bancos de desenvolvimento do mundo. Sua história está ligada a uma ampla variedade de missões. A infraestrutura foi sua missão fundadora, depois vieram a consolidação da industrialização, a inserção competitiva global, o incentivo ao avanço das exportações, entre outras. Para cumprir sua missão, o BNDES conta com uma fonte de recursos estável, uma parcela de 40% das receitas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

É nesse cenário que se insere a investida contra o BNDES proposta pela reforma da Previdência. A indicação de mudança no artigo 239 da Constituição Federal visa retirar 40% da arrecadação do FAT como componente das fontes de recursos do BNDES.

Em trinta anos de existência do FAT foram desembolsados pelo BNDES mais de 662 bilhões de dólares, atendendo a mais de um milhão de empresas, em 96% das cidades brasileiras. Tais recursos contribuíram para gerar e manter dez milhões de empregos diretos e indiretos, de 1996 a 2017.

Só na infraestrutura deixarão de ser criados 5,5 milhões de empregos em dez anos e comprometerá

a urgente recuperação da infraestrutura brasileira, que atualmente ocupa a 73ª colocação no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial (pilar de infraestrutura). Para ficar entre os vinte melhores países do mundo são necessários 450 bilhões de reais de investimento por ano nas próximas duas décadas.

Mais ainda, os recursos do FAT contribuem para reduzir as desigualdades regionais. Exemplo disso é o apoio a pequenas empresas de telecomunicações, que levou internet de banda larga, TV e telefonia a centenas de municípios do interior do Nordeste. A

região também foi beneficiada com o crescimento da energia eólica, cuja potência instalada de 2007 a 2016 foi quase toda financiada pelo BNDES (77%).

A sanha privatista contra o Banco foi reafirmada por Paulo Guedes, na entrevista ao jornal *Valor Econômico*, quando, em meio ao anúncio das várias metas do governo, retirou o Social do "S" do BNDES. "Tenho que reconfigurá-lo para ser o BNDES com o 'S' de saneamento e não das empresas campeãs nacionais ou das parcerias com países estrangeiros de esquerda", disse.